

Sob alegação de corte orçamentário, o MEC não ampliará o programa de bolsas para Residência Médica, em 2017. A decisão, anunciada de maneira impositiva e de tamanho impacto, deveria ser debatida antes com as entidades médicas e a sociedade. A previsão para este ano era de cerca de 12.900 novas bolsas



Foto: Agência Brasil

Investimento insuficiente em saúde e educação e programas sucateados já motivaram greve entre os residentes

Congelamento de bolsas em 2017 prejudica Residência Médica

Corte orçamentário. Esta é a alegação do Ministério da Educação para o veto à concessão de novas bolsas para médicos residentes este ano. Em ofício-circular, enviado em setembro de 2016, aos coordenadores de comissões de Residência Médica das universidades, o órgão federal observa que será mantido apenas o quantitativo de bolsas financiadas antes de 2017. A decisão repercute negativamente não só por afetar médicos, mas também enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais, dentre outras funções das áreas multiprofissional e uniprofissional.

José Antônio Alexandre Romano, representante da Fenam na Comissão Nacional de Residência Médica, classificou a medida de odiosa, tomada sem qualquer discussão prévia. Além disso, prejudicial à pesquisa, à extensão e à assistência nos hospitais universitários, que já funcionam precariamente. “Um assunto deste tinha que passar antes pela Comissão Nacional de Residência Médica”, disse Romano ao estimar que o Governo Federal responda por cerca de 30% das bolsas concedidas. Outras fontes financiadoras são o Ministério da Saúde, as secretarias mu-

nicipais e estaduais de Saúde e entidades filantrópicas, como as Santas Casas.

BAIXO INVESTIMENTO

Ao questionar o efeito prático do congelamento imposto pelo MEC para 2017, Romano duvidou que isto represente grande economia diante do prejuízo que causa não só à classe médica como ao ‘consumidor final’, que é o público atendido nos hospitais universitários. Ele assinalou que, anualmente, o número de novos médicos é superior ao de bolsas ofertadas e que, apesar de todos os problemas, é na esfera federal que estão os melhores programas, com as melhores avaliações. “A Residência Médica precisa, sim, é de mais aporte financeiro e não de corte”, asseverou Romano, insistindo que não é congelando vagas que se melhora a Residência.

Com a publicação da portaria inter-

ministerial nº3 de 2016 (Ministério da Educação e Ministério da Saúde), no Diário Oficial da União, o valor da bolsa para o período de 60h semanais passou para R\$ 3.330,43, o que representa um reajuste de 11,9% em relação ao valor anterior, de R\$ 2.976,26. O novo valor da bolsa-residência é pago aos profissionais de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Psicologia, Serviço Social, Biomedicina, Medicina Veterinária, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Ciências Biológicas, Farmácia, Odontologia, Saúde Coletiva e Física Médica.

SESAB TAMBÉM CORTOU NOVAS BOLSAS

Com argumento similar ao utilizado pelo Ministério da Saúde – redução de custos com pessoal -, a Sesab já tinha

Impacto menor na Bahia

Na Bahia, o congelamento de bolsas federais em 2017 terá bem menos impacto que em outros Estados, estima Jedson dos Santos Nascimento, presidente da Comissão Estadual de



Jedson dos Santos

Residência Médica. Isto porque é a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) que financia a maioria das bolsas, num índice superior a 64%. A Escola Estadual de Saúde Pública (EESP) apoiou o processo seletivo unificado para 2017, que aconteceu em novembro do ano passado, oferecendo vagas para hospitais estaduais.

Não houve, na Bahia, uma demanda a ponto de criar problema para hospitais que recebem verbas federais, como o Ana Nery e o Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Hospital das Clínicas), órgão estruturante da Universidade Federal da Bahia. O financiamento de bolsas para Residência pode se originar não só do Ministério da Educação (MEC), como também do Ministério da Saúde (o Pró-Residência), secretarias estaduais e municipais de Saúde ou ser de origem privada. Estas últimas, é bem verdade, acabam sendo minoria, menos de 1% do total.

anunciado, em janeiro de 2016, que não financiaria novas bolsas para médicos residentes. O Ofício Circular 05/2016 - GA-SEC, sugere ainda que as eventuais instituições prejudicadas solicitem ao Ministério da Saúde o financiamento de bolsas.

Formação ameaçada

“A Residência Médica é fundamental para completar a formação do médico, haja vista que a graduação, hoje, não prepara adequadamente o profissional para atuar com eficiência e segurança. Em um momento em que se estimula a ampliação do número de vagas para o curso de Medicina, é um contrasenso diminuir o acesso à Residência Médica. O resultado vai ser um contingente grande de médicos com formação incompleta. No fim, quem vai pagar o pato vai ser a sociedade, com o aumento dos custos e diminuição da resolutividade no sistema de Saúde”.

Luiz Américo Pereira Câmara
Vice-presidente do Sindimed



Romano, da Fenam: Tema deveria passar antes pela Comissão Nacional de Residência Médica